

Transformações do sindicalismo brasileiro: a adesão ao programa social-liberal

Rodrigo Dias Teixeira

A continuidade da aplicação do ajuste neoliberal na década de 1990 teve relação direta com a vitória de FHC nas eleições de 1994, como também com as mudanças mais gerais ocorridas na passagem da década de 1980 para 1990. Não podemos menosprezar que o Brasil vivia na década de 1990, em consonância com o resto do mundo, um novo momento no que tange as lutas dos trabalhadores. As mudanças que ocorreram apenas tiveram viabilidade devido à nova conjuntura: foram as condições históricas gerais do período que viabilizaram a ofensiva das classes dominantes através do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Podemos delimitar algumas dessas condições, como: 1) o novo cenário internacional forjado pela crise na queda da taxa de lucro na primeira metade de década de 1970 e suas conseqüências¹ 2) o processo de mundialização do capital, que tendeu a projetar nas filiais das corporações transnacionais novas estratégias de produção, também denominadas por alguns de “acumulação flexível” 3) A crise do movimento socialista no Brasil, decorrente por um lado, das derrotas políticas do PT (e da CUT) nas eleições de 1989 e 1994, e por outro, do declínio do prestígio da União Soviética que culminou com a queda do muro de Berlim.

A ofensiva do capital no terreno da produção, também denominada reestruturação produtiva, aproveitava-se da situação de descenso das lutas das classes subalternas para realizar uma nova hegemonia, aumentando o controle sobre os trabalhadores². No que tange as relações de trabalho e as organizações sindicais, praticamente todas as pesquisas apontam a ocorrência da intensificação do ritmo de trabalho e a diminuição de postos, o aumento do controle social correlacionado com a repressão à ação sindical combativa, como também mecanismos de “participação subordinada” dos trabalhadores em certas áreas de organização e decisão das empresas, em geral relacionadas à segurança do trabalho e recursos humanos/recrutamento de

¹ Para uma análise mais refinada deste tema, ver MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Abril, 1982.

² ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho, São Paulo: Boitempo, 2000. Pág 185

peçoal. Existiu, por parte das empresas, uma política de fomento do sindicalismo de resultados como contraposição ao sindicalismo combativo. Este processo de Reestruturação Produtiva se deu anteriormente na Europa do que no Brasil, devido especialmente a capacidade de resistência dos trabalhadores em nosso país da década de 1980. Entretanto, como afirma Armando Boito, a influência que o sindicalismo conciliador europeu realizou sobre os novos rumos da CUT, especialmente em relação às mudanças de concepção da corrente Articulação Sindical, não deve ser menosprezada:

“Na elaboração de sua nova estratégia, a Articulação não apenas inspirou-se no sindicalismo católico e social-democrata europeu, ela contou com a assessoria direta de tais sindicatos. (...) Nós podemos admitir a hipótese de que as relações políticas da corrente Articulação Sindical com a social-democracia europeia e com essa igreja pesaram na guinada para o centro empreendida pelo sindicalismo cutista”³.

Dessa forma, a tradição socialista e combativa da CUT foi progressivamente remodelada, tendo como influência as concepções do sindicalismo social-democrata europeu, e uma nova postura em relação às transformações no interior do mundo do trabalho. Ou seja, a adesão ao projeto social-liberal por parte da CUT teve como um dos seus principais marcos o debate em torno da Reestruturação Produtiva. A partir especialmente das deliberações de seu VI Congresso Nacional (VI CONCUR-1997), a CUT não mais se colocava contra a Reestruturação Produtiva: defendia-se uma “reestruturação com justiça social”. O importante era negociar seu ritmo e forma, não questionando os objetivos estratégicos e seu conteúdo de classe: “A CUT defendia a importância da “modernização tecnológica” das indústrias como forma de superação do desemprego, (...), consolidando sua atuação enquanto executora de atividades de formação profissional”⁴.

Ao invés de questionar o caráter de classe da reestruturação produtiva, e seu objetivo de elevação da produtividade através do aprofundamento do investimento tecnológico, da subordinação dos trabalhadores e do aumento do desemprego, a Central avaliava que seria equivocado se colocar “contra” o processo como um todo, sendo a

³ BOITO, Armando Jr. Política Neoliberal... Op. cit. Pág 215

⁴ TEIXEIRA, Rodrigo. “A Conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000). In: Revista História e Luta de Classes, No 5. Marechal Rondon, ADIA, Abril de 2008. Pág 88

postura correta propor soluções e possíveis caminhos alternativos no interior da sua margem de manobra. Esta concepção de um sindicalismo conciliador e social-liberal, que atuaria no interior das margens de manobra do projeto estratégico neoliberal, demonstrava-se ainda mais claro em sua posição sobre a abertura da economia aos capitais externos:

“A abertura externa, para cumprir um papel positivo para o país e contribuir para a modernização e reestruturação com justiça social, deve ser realizada de forma gradual, seletiva e vir acompanhada por políticas de desenvolvimento (industrial, agrícola, tecnológica e de capacitação profissional) que sejam capazes de modernizar os setores, antes de concluir-se pela sua franca exposição à concorrência internacional. A política de abertura deve orientar-se pela escolha do perfil produtivo desejável e possível para o futuro, contando com o envolvimento de toda a sociedade”⁵.

A CUT defendia então que a internacionalização da economia brasileira poderia cumprir um papel positivo do ponto de vista dos trabalhadores, desde que existissem certos métodos na forma de sua implementação. O texto deixa bem claro que o importante não seria propor uma nova organização da produção, na qual o trabalho tivesse centralidade e não os ditames do capital, e atuar no interior da conjuntura nessa perspectiva; aqui o fundamental é propor soluções que amenizariam os impactos e cadenciariam o ritmo das mudanças que seriam inexoráveis. Seria, portanto, fato inquestionável a necessidade de “modernização” do parque industrial brasileiro, pois a incapacidade de geração de empregos estava associada:

“ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar (...). Desse forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos de aceitação passiva, ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças”⁶

A Central Única dos Trabalhadores atuava como legitimadora de uma nova hegemonia. *A definição deste paradigma enquanto social-liberal se justifica na medida em que a CUT era uma Central que provinha da tradição socialista, e que utilizava de sua legitimidade no interior das massas para propagação do projeto neoliberal,*

⁵ CUT. Resoluções do VI CONCUR (1997). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. CD-ROM

⁶ Idem, ibidem.

defendendo certos desvios de rota e adaptações táticas no interior das suas margens de manobra. Além disso, a transição de um sindicalismo classista para um de cunho social-liberal teve relação direta com o Estado, sendo esse mediador da refuncionalização da Central. Se por um lado a CUT mantinha fortes críticas aos condutores do Estado (governantes), a sociedade política em si era vista cada vez mais enquanto “campo em disputa”, através dos espaços tripartites e da influência em torno dos recursos provenientes dos fundos públicos e de parcerias.

É importante também destacar que todas estas mudanças não foram feitas sem grandes conflito ou disputas políticas, tendo em vista o peso fundamental que detinham as forças minoritárias (como a “CUT pela Base” e a “Convergência Socialista) e sua capacidade de influência em torno das decisões da CUT.

A CUT e Governo Lula da Silva: a hegemonia social-liberal

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que foi consolidada através do caminho imposto pela maioria da direção da CUT uma concepção de sindicalismo social-liberal, outros fatores influenciavam para que a Central ainda tivesse um papel importante na conjuntura na perspectiva dos trabalhadores como: 1) A manutenção da CUT enquanto uma Central de Massas, que apesar da drástica diminuição de sua democracia sindical e das mudanças em sua atuação, ainda era a principal referência dos trabalhadores combativos e do movimento social classista. 2) A resistência das correntes minoritárias que se mantinham nos marcos do classismo e da combatividade, que tensionavam na teoria e na prática os novos rumos que estavam colocados. 3) O papel da CUT na conjuntura em oposição ao Governo de FHC.

Assim, eram diversas as determinações que moldavam a CUT, o que colocava a Central, de forma contraditória com ampla parte de suas práticas e defesas ideológicas, ainda no apontamento de mobilizações numa frente anti-neoliberal. A contradição da consolidação da CUT enquanto social-liberal, e a necessidade da existência de uma ferramenta de luta anti-neoliberal, que resistisse aos ataques das classes dominantes, impulsionava a Central a ter uma postura de oposição de esquerda

ao programa conservador governamental em diversos momentos. A CUT defendia o “FORA FHC”, e avaliava que

“os anos 1990 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo do funcionalismo público com cinco anos sem reajuste de salários), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a transferência de patrimônio público para o grande capital (sobretudo internacional)”⁷

Com a chegada do Governo Lula da Silva (2003-2006), esta perspectiva foi modificada. O programa social-liberal cutista deixava o terreno puramente sindical, para ampliar seu espectro através da atuação governamental. Como já foi dito em momento anterior neste projeto de pesquisa, grande parte da direção do novo governo já carregava consigo uma concepção social-liberal, forjada anteriormente no movimento sindical na CUT. Com o advento do Governo Lula da Silva, a CUT deixou de ser dirigida moral e intelectualmente pela burguesia, para torna-se parte do bloco dirigente burguês, atuando de forma ativa para a consolidação da hegemonia do programa social-liberal.

O Governo Lula da Silva adotou uma política macroeconômica explicitamente neoliberal, encaminhou contra-reformas cujo conteúdo neoliberal é indiscutível (a contra-reforma da Previdência, a Contra-Reforma Universitária, a Lei de Falências, o Projeto de Parcerias Público-Privadas, dentre outros), como também tomou enquanto tônica das suas políticas sociais não a ampliação de direitos e sua universalização, mas a atuação “focalizada” típica das políticas compensatórias. Se algumas áreas do governo tiveram algum foco de “dissenso”, como a direção do BNDES sob comando do economista Carlos Lessa até o fim de 2004, ou certas áreas da política externa, o espaço para políticas discrepantes, apesar de pontuais, sempre foi muito reduzido⁸. Mesmo a política externa, por exemplo, foi conduzida “por fora” do Ministério de Relações Exteriores, através do Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, com orientações enérgicas voltadas para a estabilidade dos mercados, dos bancos e credores das dívidas públicas; no mais, o Itamaraty também foi responsável pelo reforço de vínculo com a

7 CUT. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (2000). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

8 BORGES NETO, J. M. . Governo Lula - Uma opção neoliberal. In: João Antônio de Paula. (Org.). Adeus ao Desenvolvimento - A opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, v. , p. 67-89.

política dos EUA com o envio de tropas militares para o Haiti, uma escolha política que se contrapôs à defesa da soberania das nações.

Em relação à política macroeconômica, o Governo Lula da Silva não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento – caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira. Por isso, juntos o segundo governo FHC e o governo Lula da Silva (até julho de 2006) propiciaram ao capital financeiro um montante de mais de um trilhão de reais de juros da dívida pública e pagaram, com os superávits primários, R\$ 468,5 bilhões (correspondendo a 8% e 8,2% do PIB, respectivamente, no segundo governo FHC e no governo Lula da Silva). Apesar disso, a dívida pública foi acrescida, entre 1995 e julho de 2006, em mais R\$ 817,1 bilhões – condicionando, decisivamente, os gastos sociais. Em comparação ao Governo FHC (1999-2002), o Governo Lula (2003-2006/07) teve um maior gasto com o pagamento dos juros da dívida, como também cresceu o montante do Superávit Primário:

*Tabela 1 - Crescimento dos Gastos com Juros da Dívida e Superávit Primário
(Governos FHC e Lula da Silva) – Em Bilhões R\$*

	Governo FHC (1999-2002)	Governo Lula (2003-2006/07)	Crescimento (%)
Gastos com Juros da Dívida	511,1	557,1	9,00%
Superávit Primário	165,4	303,6	83,00%

Fonte: DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luis. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007. Pág 28

Não é nada contraditória a afirmação de que o Governo Lula da Silva não apenas deu continuidade a política macro-econômica neoliberal de FHC, mas aprofundou-a em grande medida. Num contexto de ajuste fiscal permanente, a política social foi se transformando em sinônimo de política social focalizada, voltada para os mais pobres e miseráveis – com a criação de inúmeros programas de complementação de renda. Implementada ainda de forma tímida pelos governos de FHC, tal política foi ampliada e aprofundada pelo governo Lula da Silva. Como nos afirmam Luis Filgueiras e Graça Druck :

“Embora, em si mesmas, essas políticas de combate à pobreza reduzam, momentaneamente, as carências das populações mais miseráveis, as mesmas estão, de fato, inseridas numa lógica mais geral liberal e num programa político conservador e regressivo socialmente, próprios da nova fase por que passa o capitalismo sob hegemonia do capital financeiro”⁹.

Esta política focalizada em contraposição a ampliação de direitos e universalização dos serviços públicos é também constatada através da execução do Orçamento Social do Governo Federal:

Tabela 2 - Execução do Orçamento (social) do Governo Federal – 2000-2005 (em %)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Saúde	45,20	46,80	45,62	44,31	43,46	42,25
Educação	23,67	23,04	23,71	23,20	19,15	18,75
Assistência Social	9,90	10,49	11,68	13,73	18,28	18,30
Habitação e Saneamento	3,94	1,17	0,40	0,30	0,75	0,76

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal em: www.stn.fazenda.gov.br

Através da tabela, podemos verificar que os gastos sociais que possuem uma maior capacidade para ter impacto estrutural no combate às desigualdades e à pobreza (saúde, educação, habitação e saneamento) perderam, ao longo do período, participação relativa no orçamento social. Em contrapartida, os gastos com a assistência social, cujo montante tem participação fundamental do Programa Bolsa Família, praticamente dobrou a sua participação no período (9,9% para 18,3%¹⁰) – o que aponta a preocupação maior do governo Lula com a política social focalizada.

Entretanto, a Central Única dos Trabalhadores, que questionava fortemente a

⁹ DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luis. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007. Pág 29

¹⁰ WEISSHEIMER, Marco Aurélio Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

política neoliberal do Governo FHC, apoiava a quase totalidade de medidas do novo Governo Lula da Silva:

“A estratégia de atuação da CUT no governo Lula, portanto, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores. É possível afirmar que esta vitória tem uma dimensão histórico-universal. Em todo o período republicano, nunca o Brasil foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares. O país já teve alguns governos de viés progressista, mas só agora um núcleo de esquerda, forjado na luta contra a ditadura e na resistência ao neoliberalismo, chega ao Palácio do Planalto.¹¹”

Apesar de ter uma postura “ambígua” em suas deliberações, que apontava para a não subserviência total da Central em seu início, a CUT apoiava grande parte das medidas governamentais, realizando críticas pontuais e de forma tímida. Como balanço do primeiro Governo Lula da Silva, mesmo a política econômica foi pouco questionada, mantendo pequenas críticas apenas ao aumento do superávit primário e dos juros:

“Os avanços que obtivemos neste primeiro mandato de Lula são inequívocos; (...) Contudo, aspectos da política macroeconômica representam uma limitação importante às mudanças, como o esforço para alcançar os superávits primários e as altas taxas de juros. Mas, a economia vem se recuperando graças à ampliação do crédito popular, ao incremento real do salário mínimo, ao aumento do gasto público com políticas sociais, à reorientação do BNDES para facilitar o financiamento de investimentos produtivos, entre outras medidas.¹²”

A lógica é de defesa de que a política econômica do Governo Lula da Silva trouxe avanços, “apesar” da política monetária e fiscal adotadas:

“Reconhecemos os avanços do primeiro mandato do governo Lula no gerenciamento da economia brasileira: a redução dos níveis gerais de desemprego e a criação de empregos formais; o incremento de exportações com geração de superávits comerciais; a interrupção das privatizações; o aumento, ainda que insuficiente, dos gastos sociais; a ampliação do crédito para pequenos empreendedores, trabalhadores e aposentados; os êxitos na política externa, dentre outros aspectos. No entanto, a CUT posiciona-se criticamente em relação às políticas monetária e fiscal adotadas, até o momento, pelo governo Lula: juros altos, superávit fiscal elevado e câmbio valorizado.¹³”

¹¹ CUT. Resoluções do VIII Congresso Nacional da CUT (2003). In: CUT 20 anos – 1983 a 2003. *CD-ROM*

¹² CUT. Resoluções do IX Congresso Nacional da CUT (2206). Pág 7

¹³ Idem, *Ibidem*. Pág 14

Mas não foi esta a avaliação de grande parte dos economistas de esquerda, que em setembro de 2005 produziram no 10o Encontro Nacional de Economia Política , em Campinas/SP:

“A camisa-de-força da macroeconomia reduz a política econômica à agenda micro, à melhoria do "ambiente de negócios", às reformas institucionais que buscam "garantir os contratos", às iniciativas para mostrar o país como lugar seguro para os investimentos estrangeiros. (...) A política social não sofre apenas com a escassez de recursos. A adesão irrestrita ao receituário neoliberal torna-a também equivocada, consagrando a fratura social mais do que a atenuando. (...)Os economistas reunidos no X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, em Campinas (SP), vêm a público manifestar sua discordância da política econômica como um todo e sua indignação com os caminhos tomados pelo País. Ter optado pelo curso que levou à atual situação foi uma questão de escolha política e perseverar nele significa compactuar com a mesma agenda anti-social e antinacional aberta nos anos de 1990.¹⁴”

Ou seja, ao contrário do Governo FHC, no qual existia um grande “consenso” no interior dos movimentos sociais e da intelectualidade crítica de suas medidas conservadoras e neoliberais, o Governo Lula da Silva abre um novo momento no qual os agentes sociais que antes se contrapunham as políticas governamentais, agora as apoiam. No início, tinha-se a ilusão de que a ampla participação de ex-sindicalistas da CUT pudesse influenciar o governo para um maior diálogo com os movimentos sociais; esta interpretação também se baseava na participação da chamada “esquerda petista” em cargos de alto escalão. Entretanto, com o passar dos meses, foi ficando claro que essa participação significava a absorção também destes agentes sociais para implementação, no âmbito do aparelho de Estado da linha social-liberal. Este é um ponto chave, já que este deslocamento gerou uma nova correlação de forças ainda mais desfavorável aos setores populares:

“ (...) as eleições de 2002 e a formação do Governo Lula significaram um deslocamento da correlação de forças desfavorável aos setores populares. (...) A situação dos setores populares ficou mais difícil porque o Governo Lula pôde implementar políticas neoliberais frontalmente contrárias aos seus interesses, e dividi-los, jogá-los numa grave crise e reduzir a sua oposição a essas políticas.¹⁵”

14 SEP. “Carta de Campinas”. In: X Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, SEP, 2005.

15 BORGES NETO, J. M. . Governo Lula - Uma opção neoliberal. In: João Antônio de Paula. (Org.). Adeus ao Desenvolvimento - A opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, v. , p 10

Um dos exemplos mais emblemáticos da consolidação da hegemonia social-liberal foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Segundo a própria Secretaria “A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou *por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária*”¹⁶.

A SENAES foi formada tendo como seus principais quadros dirigentes membros provenientes da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) e do sindicalismo cutista em geral. Em setembro de 2000¹⁷, o Coordenador Geral da ADS era Remigio Todeschini¹⁸, e participavam da direção da Agência: Coordenador de Formação, Altemir Tortelli¹⁹; Coordenadora de Pesquisa, Mônica Valente²⁰; Coordenador de Projetos Especiais, Jorge Lorenzetti²¹; e como Coordenador Adjunto, Paul Singer²², o principal ideólogo da CUT no tema da Economia Solidária. Ou seja, *a ADS condensava quase a totalidade dos quadros políticos que dirigiram a política de formação da CUT, especialmente aqueles que viabilizaram o recebimento dos recursos da FAT e consolidação de empreendimentos em Formação Profissional.*

Em artigo publicado em 2000 numa Revista da ADS, intitulado “O papel do Sindicalismo diante das novas formas de trabalho”, Luís Inácio Lula da Silva

¹⁶ Fonte: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp (Visitado em 20/8/2010)

¹⁷ ADS. Sindicalismo e Economia Solidária: Debate Internacional. CUT, São Paulo, Setembro de 2000.

¹⁸ Ex-Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC e membro da sua direção (1984-1994), foi membro da Executiva Nacional da CUT (1997-2000), como também seu Primeiro Secretário (2000-2003).

¹⁹ Ex-Secretário Nacional de Formação da CUT (1997-2000)

²⁰ Ex- Secretária Nacional de Formação da CUT (1994-1997), ex-Vice-Presidente da CUT (2000-2003)

²¹ Ex-Secretário Nacional de Formação da CUT (1986-1994)

²² Professor da USP desde 1960, foi fundador do CEBRAP Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, no qual atuou até 1988. Foi um dos fundadores da POLOP e do PT, sendo membro de seu primeiro Diretório Nacional. Suas reflexões sempre tiveram grande influência nas formulações da CUT, especialmente no que tange à Política de Formação, Formação Profissional e Economia Solidária, publicando grande quantidade de artigos e livros sobre estes temas. Fonte: “MEMÓRIA: Paul Singer” in: Teoria e Debate nº 62 Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 2005.

apontava caminhos para uma nova forma de se pensar o sindicalismo:

“Quero refletir um pouco sobre o que está acontecendo no movimento sindical. (...) quero chamar atenção para os novos termos que começaram a incorporar os discursos dos dirigentes sindicais nos últimos anos. (...) Lembro-me que em 93, quando começamos a Caravana da Cidadania, houve uma grande discussão sobre o nome da caravana. (...) Vejam, de 93 até hoje são apenas seis anos e não há nada nesse país que não tenha a cidadania incluída. E há outras expressões como economia solidária, que eu acho fantástica e que devemos debater muito sobre o que é economia solidária e se nós podemos executá-la. Há também o termo sindicalismo cidadão, que expressa uma forma do sindicato pensar a realidade de hoje. (...) Nós do movimento sindical precisamos saber das nossas prioridades. Nem sempre nossas prioridades são as mesmas dos setores comunitários, porque muitas vezes nossas discussões atravessam um perfil eminentemente ideologizado. (...) *É muito triste ir numa porta de uma fábrica e lutar contra o desemprego, que milhares vão ser demitidos mesmo, que é uma situação muito difícil de barrar. O movimento sindical precisa compreender que não é possível fazer sindicalismo nesta década como fizemos nos anos 80.* (...) A base originária da CUT e do PT, os setores operários, diminuiu. (...) E aí que temos outro desafio, como representar esses que estão fora do mercado de trabalho? O movimento sindical tem que perder o medo de organizar os desempregados. (...) Óbvio que o sindicato não vai organizar essa gente para pedir aumento de salário. Mas podemos organizar essa gente para fazer outras coisas, como, por exemplo, tentar canalizar através de cooperativas, criar outras formas e possibilidades dessa gente continuar a trabalhar. Temos que pensar na qualificação para um novo tipo de trabalho. (...) Precisamos perder o medo do novo, nós temos medo do novo. *Aliás, eu quero dizer que a esquerda é muito conservadora. Somos conservadores por natureza, temos medo de mudar.* No Brasil, a CLT existe desde 1939 e temos medo de mudá-la. (...) Temos que ter claro que o emprego formal, como nós estávamos habituados a conhecer, será cada vez mais diminuto. (...) É por isso que esse debate sobre economia solidária é um desafio. E repito: não vamos ter medo do novo. Cooperativa, trabalho de qualidade, economia solidária, nada disso é antagônico ao movimento sindical, nada disso substituiu as entidades sindicais. Ao contrário, complementa a atividade sindical.²³”

Foi esta concepção do mundo do trabalho uma das bases para a formação e condução das políticas ministeriais do Governo Lula da Silva. Remigio Todeschini saiu da Coordenação Geral da ADS e foi comandar a Secretaria de Políticas Públicas de

²³ Luis Inácio Lula da Silva. “O papel do Sindicalismo diante das novas formas de trabalho” in: ADS. Sindicalismo e Economia Solidária: Debate Internacional. CUT, São Paulo, Setembro de 2000. Pág 7-12. Grifos nossos.

Emprego do Ministério do Trabalho (2003-2007); Paul Singer tornou-se Secretário Nacional de Economia Solidária (2003-). No Conselho Nacional da Economia Solidária (CNES), formado em Outubro de 2006, constavam como membros titulares, além de Luiz Marinho, então Ministro do Trabalho, e Paul Singer, do SENAES, representantes da Unitrabalho, Unisol, e também da Agência de Desenvolvimento Solidário²⁴. *Nesse sentido, grande parte da concepção programática partia dos dirigentes dos espaços públicos não-estatais organizados pela CUT para então, posteriormente, dirigir as políticas públicas através da Sociedade Política.* Para nós, esse processo foi um dos pilares fundamentais da expansão da hegemonia social-liberal.

Avaliamos que a “globalização da questão social” trouxe uma nova forma de aplicação das medidas conservadoras. Com um novo arcabouço teórico revitalizado pelas ideias “humanistas e de solidariedade”, e pela expansão de seu consenso no interior da sociedade civil pela conversão de agentes sociais antes contestatórios (como a CUT), a consolidação do social-liberalismo no Brasil restaurou e aprofundou o programa estratégico das classes dominantes no pós 1970, o neoliberalismo. O social-liberalismo é um projeto hegemônico de classe, contraditório e heterogêneo nas suas diversas formulações. Por meio de aparelhos privados de hegemonia, as classes dominantes retomaram, a “direção intelectual e moral” do processo de expansão neoliberalismo no Brasil, na medida em que o sistema econômico foi, gradativamente, perdendo credibilidade e legitimidade a partir das lutas contra-hegemônicas e da degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Como nos diz Rodrigo Castelo Branco:

“O social-liberalismo, portanto, deve ser visto, não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social.”²⁵”

Do ponto de vista estrutural, o que assegura e explica a linha de continuidade

²⁴ Diário Oficial da União – 24 de Outubro de 2006, Pág 22

²⁵ BRANCO, Rodrigo Castelo. O social liberalismo e a globalização da “questão social” In: IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI" (mimeo)

entre o segundo governo de FHC e o governo Lula da Silva, com a manutenção do mesmo modelo econômico, da mesma política macroeconômica e, não surpreendentemente, da mesma política social, foi a hegemonia do mesmo “núcleo duro” do bloco de poder das classes dominantes (fração do capital financeiro), agora ampliada pela sua fração “de esquerda” social-liberal da qual participa a CUT.